

A violência contra a mulher e o dragão dos homens

Ana Paula Arendt*

“Todos os homens seriam tiranos, se pudessem”.

Abigail Adams, para John Adams.

Quando eu era criança, uma de minhas atividades favoritas era abrir um imenso livro vermelho de contos de fadas, a tentar ler do alto de meus quatro anos, sem entender ainda muito bem ainda como funcionava o mundo. Abrir um livro, na expectativa de descobrir o mundo. Eu ainda me lembro dessa sensação. Aquele era publicado naturalmente pela Editora Abril daquele tempo, em capa dura e com belíssimas ilustrações milanesas, sem erro ortográfico algum e com narrativas impecáveis. Os outros livros pequenos de contos de fadas presumiam crianças incapazes de compreender discursos e enredos com detalhes, apenas contavam a história batida de sempre; tinham ilustrações infantis e não eram tão encantadores. Aprendi a ler porque meu pai dormia ao me contar as histórias justamente na melhor parte, e eu ficava a ter de me contentar em apenas folhear e observar os desenhos de borboletas e de flores que não havia visto da leitura anterior. Portanto precisava resolver um problema. Incentivada pelos meus pais nessa ideia, assistia e anotava fervorosamente as lições de Tia Leninha, um programa diário de alfabetização por TV; minha mãe corrigia minhas anotações no quadro e me tirava as dúvidas, e apenas nessa idade é que consegui finalmente descobrir o final da história de Rapunzel. Eu sabia apenas que o príncipe ficava cego, pela gravura, mas como ele se curava e como eles se casavam? Foi lindo demais saber. Com as lágrimas de Rapunzel! Eu não tinha reparado na importância das lágrimas, para saber era necessário ler o texto. O lado bom é que a alfabetização definitivamente ajuda a gravar as coisas na memória, e me lembro como se fosse hoje. Escrever cursivamente, aprendi com cartilha. E comprei a mesma cartilha, Caminho Suave, para meus filhos, tendo todos aprendido cedo, para me ler contos de fada quando já não dava conta do sono.

Mas o conto de fadas que mais me encantava ouvir, quando pequena, não era o de Rapunzel, embora igualmente me fascinasse; o conto que eu precisava ler até o final se tratava da historietta dos três cachorros encantados. Um tal de Júlio, um jovem formoso, órfão de mãe, tinha uma irmã. O pai havia morrido e, em seu leito de morte, pediu que os filhos jurassem não entrar em disputas pela herança. Assim, Júlio deixa a casa para sua irmã, porque isso seria algo natural, sendo ela mulher, e fica com as três ovelhas que tinham. E vai tentar a fortuna pelo mundo. No meio do caminho, troca as ovelhas por cães mágicos, supondo um desígnio de seu destino, e encontra uma carruagem negra, de onde ouve soluços. Pergunta ao cocheiro se era um funeral. A resposta negativa veio acompanhada da explicação: quem estava dentro da carruagem era a filha do Rei. Conta o cocheiro ao jovem que, havendo ali naquela região um dragão terrível, todos os anos eram sorteadas moças que iriam servir de alimento para aplacar sua fúria. Lamentavelmente naquele ano a princesa havia sido sorteada para o sacrifício humano. Era uma monarquia de igualdade jurídica completa. Júlio, irredimido, impressionado com a beleza da princesa, a despeito das lágrimas, segue a carruagem, mata o dragão com seus três cães e ganha o coração da princesa. O dragão era mesmo horripilante. E como Júlio não se acha digno de desposá-la, inseguro de que na sua condição não obteria o assentimento do Rei, afirma que iria tentar fazer fortuna para propor o casamento a seu pai, e depois de dois anos retornaria. Nesse ínterim, o cocheiro, um homem horroroso, vê uma oportunidade de escalar socialmente: ameaça de morte a princesa, e a obriga a mentir para o Rei, afirmando que ele é quem a teria salvado da morte estúpida. O rei, felicíssimo de saber da notícia de que sua filha vive, concede a mão da princesa em casamento ao cocheiro. A princesa, sabedora da verdade, mas ameaçada, fica postergando o casamento durante dois anos. Finalmente retorna Júlio, mesmo sem ter conseguido juntar dinheiro suficiente para melhorar sua situação, na data crucial, porque não se esquecia do amor da princesa. Descobre a trama em uma taverna, afirma que o cocheiro é um mentiroso e com isso é preso pelos guardas como um baderneiro. Tudo parece perdido, mas então meu coração de quatro anos dispara. Seus três cães o salvam, roendo as grades, levam-no até o altar forjado, a princesa desmente o cocheiro em público, contando finalmente das ameaças, porque se sente desobrigada da

promessa, ao ver seu verdadeiro salvador. O cocheiro é preso. E Júlio e a princesa se casam e vivem felizes para sempre. Ufa! Ainda bem que o moço tinha espírito de um príncipe, foi pontual e manteve a promessa. Lendo e relendo, pensei comigo que preferiria evitar essa situação de princesa a depender da pontualidade e da promessa de um príncipe. E se ele tivesse tido um contratempo? Que destino...

Essa história de autoria atribuída aos irmãos Grimm, publicada pelo escocês Andrew Lang dois séculos atrás, me veio à recordação porque eu não poderia supor que, depois de pouco mais de trinta anos, teria descoberto finalmente o seu segredo mágico, ao ler as tristes notícias relacionadas a estupros e feminicídios no início deste ano. Veio-me à memória, a situação em que uma mulher é lançada à própria sorte e tem de escolher entre a morte e uma situação de abuso psicológico por um farsante. O conto de fadas então apenas cifrou e simplificou uma realidade frequente... Os psicanalistas já discernem isso há tempo, e logicamente tive a oportunidade de ler seus argumentos, mas tomo gosto em anotar o momento quando as coisas são percebidas, e não apenas compreendidas, quando ganham um significado e sentido mais completo dentro da nossa percepção experimentada pessoalmente. Eis aí no livro infantil com o qual eu me comprazia o roteiro que se repete lamentavelmente nas delegacias... Como as mulheres acabam indo parar nessa difícil situação?

Eu me perguntava às vezes ao reler, mais velha, a mesma história, e ainda me pergunto ao reler a história para meus filhos. Por que a princesa não confiou ao Rei, à figura paterna, a verdade, quando ele lhe perguntava por que estava triste, para que lhe livrasse do cocheiro mentiroso, ou confiou a verdade a mais alguém próximo da corte? O Rei não acreditaria na idoneidade da própria filha, nem saberia dar um fim no farsante? Ou a princesa era generosa, e temia que desse fim nele? Talvez a história da princesa viesse a ser encarada apenas como uma versão da realidade, pois seria contestada inevitavelmente pelo seu pretendente, o qual manifestava perante todos apreço por ela. Talvez ponderasse a princesa também o risco de sua denúncia ser interpretada como uma incontornável tentativa de desobediência à autoridade do pai. Também deve ter calculado a princesa que, na impossibilidade de apurar, pois o jovem rapaz sumiu, ela acabaria criando justificativas ao seu algoz. O agressor, por sua vez, poderia alegar ataque à sua honra, diante da humilhação de que todos os preparativos do casamento estavam arranjados, e exterminar a princesa como uma ingrata. E novos filmes e histórias modernas vão reproduzindo essa situação de saia justa de princesas e mocinhas, sem que isso nos deixe nauseados.

O que penso ser curioso é que, nos casamentos, até hoje, mesmo flexibilizados os hábitos e costumes, a moça ainda é levada ao altar pelo seu próprio pai - salvo raras exceções, como observo o de uma duquesa, a qual foi levada pelo sogro, na impossibilidade de comparecimento de seu pai. Não sem ser poupada de toda a tribulação disso decorrente: um pai manifestamente insatisfeito, alimentando a contrafé sua celebridade midiática. É um hábito social curioso, sobretudo porque o marco legal prevê a igualdade jurídica entre homens e mulheres como sujeitos de direito. A ancestralidade contudo, segue inabalada: as moças ainda se saciam e se tranquilizam em serem conduzidas de um homem a outro; e o pai bem espera todo esse destaque na festa de união da filha, onde possa manifestar livremente emoções contidas durante toda a vida na forma de uma angústia vaga e distante quando contemplava o futuro de uma separação. E o que acontece quando não se segue corretamente o script de sempre, arrisca um contrato afetivo ter a sua legitimidade questionada? Pois um pai enlouquecido pela ausência do ente mais querido pode espalhar seu sofrimento. Sobrevive a esperança de reaver a filha. É só um gesto, dizem, um apêndice sem função alguma, a condução da noiva ao altar pelo seu pai, mas bem sabemos: mais importante do que é dito é o que é feito. Pela lei o casamento é válido e pelo código canônico e religioso de qualquer civilização greco-cristã-judaica basta o consentimento mútuo entre os noivos, é o que dizemos: mas dentro de uma perspectiva ancestral e primitiva, no domínio do reino real dos sentimentos, pouco parece importar o que diz a lei e seus efeitos, pois seguimos procedendo com atos ritualísticos de modo a contar outra história.

Portanto, o que fazemos, embora nem sempre digamos, é estabelecer que outro homem prevaleça na vida da moça que se casa, que o pai seja substituído no seu papel protetivo. O rito pede o consentimento dado de boa vontade, em uma celebração festiva, e é o que os convidados esperam constatar. Celebra-se com gestos ter o pai aprovado um substituto qualificado para a tarefa. A natureza parece sugerir, ainda que a mulher seja entregue a outrem pelo bom senso: um pai não viverá para sempre e deverá querer garantir que sua filha seja protegida por alguém de sua confiança. É o que nos diz o roteiro desse rito: que um casamento não é apenas um contrato afetivo entre os noivos tendo Deus e o mundo como testemunhas: é a transmissão de um legado, da honra de uma tarefa, em que a noiva é a relíquia a ser preservada. Não se abraça mais o anacronismo de ser a mulher uma propriedade, mas se deixa entrever que a mulher não apenas precisa como espera ser tutelada. Tendo em vista a vulnerabilidade feminina durante o momento reprodutivo, a celebração desse rito do casamento é um ato simbólico de lucidez da espécie.

Mas a despeito da evolução do papel social da mulher, e também da tradicional atenção à mulher durante os ritos e celebrações, isso não tem impedido que a violência contra a mulher tem sido notificada como uma verdadeira epidemia - ou já existia antes e desde sempre, mas apenas agora é notificada e, portanto, nos incomoda? Como não é mais dirigida apenas a esta ou aquela mulher, coletivamente já não podemos expurgar culpas nesta ou naquela moça de conduta duvidosa: virou um problema social. Os homens já não são mais espancados pelos concorrentes, nem os estupradores são chacinados pelos presos: declaram em plena luz do dia que batem nas filhas com fios de arame e justificam ter de corrigi-las por ter perdido a virgindade, agridem e matam a mãe do filho recém-nascido por ela ter se recusado a dançar com um parente, reclamam a honra da masculinidade e esperam ter seus pleitos aceitos, denúncias arquivadas; e pasmemos, para inconformidade do País, muitas vezes são atendidos, por algum juiz enlouquecido, que provavelmente segue tranquilo no exercício de suas funções, sem ser questionado no CNJ. Afinal, quem gosta de comprar briga com um Judiciário corporativo?

Alguns amigos me disseram associar a admissão desses fatos à dedução da mulher como um bem paterno, a uma cultura lusa de valores atrasados. Mas fosse parte da cultura lusa ou ibérica, os números não seriam tão mais assustadores no Brasil do que os números de Portugal ou da Espanha. E ora, antigamente, nas sociedades supostamente mais atrasadas, não reinavam códigos de conduta e o cavalheirismo? O volume de Fernando Novais, sobre a História da Vida Privada no Brasil, não nos dá muitos detalhes sobre a situação da violência contra a mulher nos três primeiros séculos, além de uma explicação histórica mais geral sobre as estruturas sociais hierárquicas. Sabemos pelos romances e folhetos que a honra de um homem era uma variável dependente da reputação de sua mulher; e que os casamentos não eram um celeiro de dramas de todo porte, pois eram vínculos celebrados formalmente, conforme o autor, para “melhorar e preservar a raça”, dentro dos respectivos extratos sociais daquele tempo. Muitas modalidades afetivas eram contudo permitidas e toleradas sob o concubinato ilícito, em situações estabilizadas por filhos mestiços, e as tensões eram aliviadas com a simplicidade de visita a um prostíbulo. Assim os conflitos eram resolvidos, posto que se tratavam de algo que não poderia vir à tona, embora a sociedade tivesse assunto. Note-se o sucesso de público de óperas italianas e de novelas francesas que se dedicavam a didaticamente expor o trágico destino das mulheres que se entregassem à liberdade; e que os romances eram registrados sob a generosa perspectiva histórica, como privilégio reservado às castas mais nobres de governantes.

Hoje, curiosamente um tempo no qual se teria consolidado maior progresso e liberdade sexual, com a previsão do divórcio no código civil, os afetos ilícitos e relacionamentos clandestinos são ostensivamente rechaçados nos vínculos matrimoniais. O resultado da convivência obrigatória são os conflitos conjugais e pós-conjugais, o terreno fértil onde se propagam e crescem as agressões, o cenário onde se transcorre o abjeto feminicídio. Nem a separação nem a autossuficiência econômica da mulher parecem conter os números assombrosos de mulheres mortas pelos parceiros. Talvez a

maior independência da mulher, paradoxalmente concentre mais pretextos para a maior intensidade da agressão, porquanto se supõe ser capaz de reagir de igual para igual?

Os avanços da ciência, da medicina e o progresso material ensejam cobranças: como é possível que não consigamos resolver algo tão espúrio, sendo uma sociedade tecnologicamente avançada, em uma civilização que consegue produzir satélites, sondas espaciais e explorar planetas? E, afinal, se contamos hoje com a igualdade jurídica, e se pode hoje uma mulher obter uma arma, surrar um homem com técnicas marciais, o que falta para que a mulher tenha a mesma força e percepção de um homem, de modo a se tornar ela própria capaz de refutar argumentos, rechaçar o abuso e a violência, proclamar ela mesma a sua independência e defender-se, face a um cônjuge enlouquecido?

Talvez não seja um problema tão simples. Nenhum conto de fadas que produza encantamento terá uma mulher que decide e calcula seu próprio destino, ao invés de se entregar a ele. E o encantamento é a matéria-prima da vida, sem encantamento a vida se torna opaca, sem felicidade, porque é preciso que se materialize antes a promessa de felicidade. Até Maria é conduzida, nos textos sagrados: é Deus Pai que comanda Seu destino, "faça-se em mim segundo a Tua vontade". E faz apenas dois mil anos em que o consentimento da mulher é necessário para conceber a uma criança. Apenas há dois mil e dezoito anos, ou perto disso, é que Deus enviou anjo Gabriel para consultar antes a mulher, se estaria de acordo com seus planos, de seguir um passo depois de Seu passo, e com isso produzir a inimitável e bendita dança da vida. A evolução do corpo masculino contudo é resultado de mais de 300 mil anos de seleção natural da espécie, e os homens mais violentos sobreviveram durante esse período pré-civilizacional.

Seria mais razoável que as mulheres se inspirassem em heroínas propensas a repelir homens agressivos, ao invés de sonhar acordadas de que um homem mais forte colocará fim ao incômodo? Mas a natureza teima: quase toda mulher nubente deseja ser mãe, e toda mulher grávida bem sabe que não cabe o traje de couro da heroína com uma barriga de seis meses. A situação reprodutiva demanda. Assim, a mulher que vai ser mãe se desarma necessariamente, para conceber, e espera do homem o papel de salvador, protetor. É também resultado desse processo evolutivo. Se o salvador não existe, pouco importa. O mundo dos sentimentos não costuma ser muito racional.

E como isso não acontece, e as mulheres são agredidas, o Brasil aparece no mundo dos relatórios como uma sociedade de números irracionais, de tom incivilizado. A autoridade brasileira responsável concorda que, se não houver um punho de aço para promover uma revolução cultural, a única solução que restará será um pai fugir com a filha do País. Há um detalhe importante, contudo, despercebido pela autoridade responsável: mesmo nesse pior cenário, de nada adianta um pai colocar a filha debaixo do braço e fugir para onde quer que seja, pois eis aí precisamente a origem do problema, o pai colocar a filha debaixo do braço. Afinal, nenhum abuso e nenhuma violência contra a mulher se transcorre, num ambiente machista, sem a indiferença, condescendência ou satisfação paterna em ver a filha predada e punida. Em boa parte dos casos, ainda, o violador e abusador lamentavelmente é o próprio pai ou padrasto. E que dizer das mulheres adultas? Boa parte das mulheres agredidas são adultas, e ainda assim o problema deve ser respondido pelo pai delas?

Os conflitos entre pai e filha raramente são abordados pelas políticas públicas; basicamente se sussurram nas histórias contadas nos livros de psicanalistas e em seus consultórios, com toda a subjetividade característica da narrativa de terceiros. Nada sobre o tema é detalhado nos relatórios em que se lançam as estatísticas. A perspectiva da mulher, de um modo geral, tampouco parece ser abordada pelos especialistas como algo interessante. Na psicanálise, há livros e livros sobre Édipo e o complexo desejo de consumir sua mãe, mas não se gasta igual tinta para esmiuçar as expectativas de que Jocasta dispõe para desenrolar esse enredo incestuoso. Muitas mulheres se dedicam a perscrutar a obra de Freud, Jung e Lacan, para fazer boa reputação e melhorar sua autoridade como psicanalistas, mas raras são as que se dedicaram a desenvolver um raciocínio próprio sobre os dilemas

humanos. Muitos se dedicam a desvendar o destino totêmico, quando o filho busca assassinar o pai, ainda que figurativamente, para depois alçá-lo à condição de totem, mas poucos estudam o desejo do filho de proteger a mãe e as instáveis hierarquias entre sexos distintos. Há ainda estudos sobre a inveja do pênis, sugerida por Freud, e isso se debate; mas ninguém se perguntou se o homem teria inveja da mulher, por ser capaz de conceber, sem que isso fosse estudado e percebido com vistas a defender uma bandeira política feminista. Não encontro pesquisas divulgadas nos jornais que avaliem se a violência contra a mulher decorreria necessariamente de uma homossexualidade reprimida, nem sobre a dimensão da vontade e do arbítrio nas opções sexuais. Todas perspectivas em voga, desde Antígona, de todo modo, tendem a partir de dilemas que giram ao redor de um universo e ponto de vista masculino. Ninguém ainda se dedicou a explicar e dar razões ao comportamento feminino com algum êxito, ou a enxergar o comportamento masculino sob a perspectiva da mulher. E talvez nem deva: possivelmente sejam o caos e a imprevisibilidade as poucas formas nas quais possam melhor se refugiar e se salvaguardar as mulheres, detentoras que são do berço fundamental em que se gera a vida e do conhecimento sagrado de como produzir lar, o local de restauração de forças, de estabilização dos humores, a moeda feminina que não se pode intercambiar.

Mas arrisquemos uma tentativa de enxergar o problema da violência contra a mulher sob uma perspectiva feminina, ainda que rudimentar. O homem então se casa, se une matrimonialmente, e tem de lidar com a sua própria limitação: não é capaz sozinho de dar à luz nem a um homem, nem a uma mulher; e quanto mais limitado seu entendimento, mais crê ser apenas um contribuinte, embora sine qua non, para o processo de reprodução da espécie que a mulher governa e protagoniza. O rito do casamento, lembremos, nos diz isso até mesmo na ordem de importância de entrada dos participantes da celebração: que a mulher é a decisora e governadora do lar e da família, do seio doméstico. Essa participação masculina coadjuvante, porém necessária vai se renovando e evoluindo, até alcançar o modelo da palavra final. Pois para lidar com o peso dos anos em que se supõe coadjuvante doméstico, o homem se coloca no centro das decisões, do prestígio, do poder e das atenções para remediar suas premissas equivocadas de menor relevância. O raro homem que afirmar que a decisão final é sempre da mulher é visto socialmente com desconfiança e desprezo, sobretudo pelos mais esclarecidos: pois que mérito e qual conhecimento tem o homem que abdica prontamente de seu poder? Pois então a mulher reina na esfera social e doméstica, mas sendo o homem protagonista dos vencimentos e da organização financeira e patrimonial, sagra-se como chefe de família por um empenho consciente e constante, clamando afinal ser esse um desígnio natural seu. São estabelecidas as rotinas, e o ritmo do relacionamento passa a ser definido pelo homem, pois conta com a prerrogativa de provedor e, portanto, de decidir rumos e controlar despesas, na qualidade de líder, chefe de família. Outrossim, buscará protagonismo em outra parte, e a mulher desse modo cederá rapidamente. Mas e por que, então, sendo a receita tão universal e recorrente, e sendo as mulheres alegadamente tão maleáveis e de menor propensão a pensar politicamente domínios, saem os cônjuges dos trilhos?

Alguns afirmam que se produziu um desequilíbrio no lar o maior êxito profissional e rendimento das mulheres em suas famílias. Não suportando ser superado, ainda que apenas em alguma medida, o homem a abandona, na melhor das hipóteses.

Entram então as inúmeras teorias disponíveis em cena para justificar e explicar as agressões. Cada qual, contudo, com especificidades que dificilmente alcançam um entendimento universal, de modo a permitir seja concebida e operada uma estratégia para resolver circunstâncias comuns a todas as mulheres ameaçadas e em situação de violência doméstica. Constróem-se abrigos e sistemas de proteção tacanhos, no qual a mulher é a maior sacrificada em ter de abrir mão de seu espaço de convivência e de sua zona de segurança, ainda que precária, para arriscar-se em uma desconhecida rede social de acolhimento; criam-se delegacias especializadas; leis para afugentar agressores; mas não parecem suficientes e a epidemia prossegue. Novas mulheres continuam a ser violadas, novas mulheres continuam a ser abatidas pelos parceiros, que nela enxergam não mais parceira, nem amiga, mas uma inimiga fidalga que apenas poderá perder esse status assumindo um papel perdedor, com o

final triunfante da vitória de uma guerra, com a eliminação do outro. Pois parece então perfeitamente factível e de bom senso que se busque um pensamento alternativo, ainda que retrógrado, para preservar e proteger as mulheres, porque supostamente antes de provar estar corretas, melhor é estarem vivas; ao menos essa seria a missão do Estado, garantir a integridade das cidadãs em primeiro lugar.

Quando chegam à Justiça, se transpõem os conflitos para a esfera judicial, mas nem por isso os conflitos se tornam menos incisivos ou danosos para a mulher. A maior parte das mulheres acompanhadas por um advogado logra o êxito de fingir ser a vítima exclusiva de um cônjuge contrariado imotivadamente e aguardar passivamente um desfecho favorável; contudo uma minoria delas não consegue escapar da realidade nem se abrigar nessas estruturas artificiais na qual não é sujeito ativo, e prefere encarar a verdade de que é responsável pela metade ou parte do prejuízo decorrente de um relacionamento que deu errado. O resultado disso é desastroso: a predação total da mulher não apenas pelo homem, como também pela estrutura judicial. Ocasionalmente saem nos jornais e outras mulheres em situação semelhante se recolhem à desesperança.

O mundo ainda precisa de uma mulher psicanalista, cientista, que pudesse desvendar o vasto ponto de vista feminino nessa complicada equação de violência contra a mulher, em que o homem toma a iniciativa de agressão, ao ver seu orgulho ferido e ela segue o passo da dança sendo reiteradamente agredida, sem conseguir se isolar. E se o comportamento masculino é regular e facilmente previsível, é a mulher que decide ser abusada, como dizem os abusadores? Considerando que o comportamento de todo homem é uma constante, o problema seria então um comportamento inadequado e más escolhas das mulheres? No fundo, a mulher que se abandona a uma situação de violência espera um salvador que a livre do dragão, ainda que pagando o preço de postergar sua dignidade, como prometem as histórias durante a infância? Assimilaria a mulher então um comportamento pautado pelo vício da aposta, como justificativa para aguardar ou atrair um novo parceiro? Ou a verdade é que o homem é um ser ainda mais imprevisível que a mulher? São perguntas difíceis de se responder, sobretudo quando não há espaço para que a mulher dê o pontapé inicial da formulação de seu pensamento e lhe é relegada a posição defensiva das reações, ao invés da condução do processo. Nos acomodamos facilmente sob a sombra das fantasias e suas vantagens.

E na ausência de sol, se a hipótese de que a origem da violência contra a mulher se encontra na sua objetificação é verdadeira, por que uma mulher com pai e com irmãos tem seu acesso franqueado a um abusador que ameaça a sua vida, sua integridade? Fosse hoje ainda a mulher plenamente considerada uma propriedade, um bem, como um cavalo ou plantaçao, haveria razões de sobra para que um pai ou irmão considerassem inaceitável e insatisfatória uma situação na qual a mulher sofresse reiterados danos e abusos, pois com isso se esgotaria a possibilidade de ganhos decorrentes do seu usufruto. Então por que o pai da mulher que se torna vítima de violência e de abuso psicológico, ao ver a vida da filha em risco e sua integridade comprometida, anui e favorece o abusador, num aperto de mão, como se fossem velhos amigos?

O filósofo Giannetti da Fonseca argui que o comportamento humano tende a prezar o ganho no presente imediato em detrimento do ganho no futuro. Acrescente-se, ainda, a menor capacidade desenvolvida durante a infância dos meninos em sentir a dor do outro, pois ainda são condicionados a evitar sentimentos na vida adulta. Talvez uma situação de sofrimento extremo para uma mulher seja para um homem uma circunstância normal. Mas isso é insuficiente para explicar a porta aberta ao abuso, pois como explicar a continuidade da agressão quando ela compromete o ganho no presente? Por que o pai, tendo a centralidade de um papel protetivo e detendo a autoridade de concessão, deixa de exercer suas prerrogativas, de buscar apoio fora de seus recursos e adere a um enredo no qual a filha, ao padecer, se torna a culpada exclusiva de seu infortúnio?

Eu me lembro de um caso de uma dentista que, tendo sido dopada diariamente de remédios pelo marido, teve de fechar o seu consultório, e a família padecia de menor renda, para não ter de discutir nem resolver o problema de humores ou novas formas de melhorar a qualidade de vida e do trabalho da mulher. No meio do almoço dos encontros sociais, o problema de saúde era tratado abertamente. Lembro também do caso de um pediatra que lamentou o fato de sua esposa ter pedido o divórcio: ela estava em depressão, e rapidamente foi medicada, para poder "voltar ao normal". Afinal, fora de cogitação estaria questionar se problema haveria no relacionamento ou na forma como foi construída a sua rotina e estilo de vida, pelo que entendo, tema debatido em um filme recente com a Glenn Close, "Wife". Mas e a figura paterna dessas mulheres? Afinal, em uma perspectiva na qual os homens têm de ter precedência e prerrogativas, não seriam eles os responsáveis? Por que assumem simplesmente que a culpa é das mulheres e que nada têm com isso?

Sem dúvida buscará o pai ou genitor que se vê como proprietário tentará esquivar-se da sua responsabilidade sobre o malfeito, da punição decorrente pela exploração e negligência de um ser humano, ainda que apenas seja uma dor moral. Mas me parece infactível supor que uma figura paterna que tenha se responsabilizado pela criação, ainda que se veja como proprietário, não tenha desenvolvido nenhum vínculo de afeto com a filha. O que acontece com a dor disso decorrente? O que fazem os pais e os irmãos com essas dores?

Excetuem-se aí, naturalmente, os pais e irmãos cuja vocação é a santidade, os que optaram pelo privilégio de amar ao inimigo. Mas até para os santos restaria ainda a pergunta: será que aceitariam com tanto entusiasmo ser martirizados por um ladrão que subtraísse a televisão ou o carro de suas casas? Eles cumprimentariam o ladrão, e diriam, levem também a geladeira? Ou denunciariam de praxe e cobrariam a polícia? Mas dizem ao agressor, "leve a alegria de minha filha, eu me martirizo, pois Jesus assim procederá". Abraçar voluntariamente o martírio alheio como caminho de santidade, é mesmo algo muito fácil e nisso peço por me faltar condescendência.

Como essa situação inconcebível de violência e desprezo a uma mulher se torna não apenas concebível, mas factível e real no seio familiar? Dostoiévski bem assinalou a pusilanimidade dos homens e mulheres, ao observar pais que rapidamente se acomodavam a uma realidade de prostituição que anteriormente rechaçavam para a filha, em Crime e Castigo, depois de receber os primeiros pagamentos pela filha. E na realidade do abuso também é analogamente assim: a filha que é agredida passa a dar mais atenção e a buscar maior afeto no seio familiar, o que contenta em maior medida o pai que sofria com a ausência. No Brasil, face ao equívoco de ter aquiescido que a filha fosse incorporada ao domínio de um abusador, é assim que reagem os familiares para proteger a mulher em situação vulnerável, resignados? Não constam nos relatórios tabelas ou estatísticas que especifiquem a frequência e detalhamento das circunstâncias.

De que adianta saber se a mulher foi abusada em um sofá ou na academia, à noite ou de dia, ou a data e tempo que levou a mulher para finalmente abordar e denunciar o abuso? A informação necessária é outra. Como o abusador considera plausível e possível agredir a mulher, quais são os elementos que o fazem sentir à vontade para conduzir a agressão como um ato legítimo e desejável, o que o faz se sentir bem à vontade para espancar e ameaçar matar uma mulher, antes de executar seu intento? Os familiares e amigos do círculo de mulheres em situação de violência preferem tentar manter um vínculo social, ainda que desportivo, com o abusador, por instinto de proteção e contenção de danos? Ou é a ausência desse esforço que resulta em óbitos? Ou será que houve uma disputa simbólica, ou mesmo real, como procedem os primatas, e o novo macho alfa que a desposou tem precedência sobre as mulheres de uma família ou circunscrição? Há uma reminiscência de vingança latente, ou sentimento de abandono tácito, por parte dos familiares, pela filha ter deixado a casa paterna, pela perda de precedência? Há ressentimentos que crescem e prosperam meio a um solo fértil de vulnerabilidade feminina? Os dados deveriam assinalar esses detalhes para que uma campanha eficiente pudesse ser concebida, talvez eventualmente inserida como disciplina escolar para meninas,

preventivamente, de modo a capacitar a mulher a lidar com situações dessa natureza e resguardar sua dignidade e integridade física.

Eu tendo a compreender que o modo como o homem perde o papel central na vida de uma mulher, que a ele lhe dava precedência, interfere no seu comportamento subsequente. Mas em 2019 é ainda necessário o consentimento masculino para que o homem possa assimilar a realidade de que a mulher não lhe pertence? A legitimidade com que o homem enxerga esse processo emancipatório e os ritos sociais podem favorecer que o agressor deixe de incessantemente tentar ser restituído da sua precedência, de ser o centro decisório da vida da mulher? Quais são as formas possíveis hoje para salvaguardar o estoque de orgulho masculino, sem o qual o homem se entrega à demência e a seus instintos violentos?

Evidente que não basta alçar a mulher a uma posição de super-heroína nem de protagonista de todo livro infantil e de todo movimento político em situação urbana, para que disso decorra uma mudança de realidade. Pois feito isso, diante da constatação concreta de sua menor força física relativa, mais provável é que se torne ainda maior o intuito de agredir. Propomos equilíbrios frágeis, porque não enxergamos todas as causas e interações possíveis, sobretudo aquelas decorrentes de uma solução que propomos; uma após a outra, são apresentadas soluções tentativas para cujos efeitos não estamos raciocinando, pois os grupos da sociedade rapidamente se entregam aos seus próprios discursos políticos. E é preciso entender o que funciona, discernir o que não funciona para uns e funciona para outros. O Estado brasileiro não pode definir como uma política social algo que tem mantido inalterada a vida de mulheres em risco.

A política que veio sendo desenvolvida era sem dúvida um caminho que rumava para elucidar os meios pelos quais se pode sobrepujar a violência, mas tem falhas de coesão. Afinal, se o objetivo é alcançar a igualdade de gênero, por que diferenciar assassinatos pela motivação de gênero? Está implícita nessa percepção a desigualdade de gêneros. As políticas afirmativas se contradizem ao reforçar a desigualdade que almejam combater. Embora muitos critiquem, não me parece totalmente desordenado o raciocínio da Ministra que propõe um retorno às origens da distinção entre rosa e azul. Faz completo sentido que, tendo experimentado alternativas de incrementar o protagonismo e supremacia da mulher e falhado em produzir melhor situação de segurança, busque-se retornar às origens, impor o respeito à figura feminina acolhendo a sua distinção, ainda que se associe essa distinção a uma suposta maior fragilidade, a uma cor rosa.

O resultado de insistir na tecla de elevar a força da mulher e cultivar uma figura suprema, ainda que decorrente de um poder concedido pelos homens, me fez lembrar de algumas linhas de São Jeremias: "Eis o que diz o Senhor: maldito o homem que confia em outro homem, que da carne faz o seu apoio e cujo coração vive distante do Amor (...) Assemelha-se ao cardo da charneca e nem percebe a chegada do bom tempo, habitando o solo calcinado do deserto, terra salobra em que ninguém reside. Bendito o homem que deposita a confiança no Amor, e cuja esperança é o Amor. Assemelha-se à árvore plantada perto da água, que estende as raízes para o arroio; se vier o calor, ela não temerá, e sua folhagem continuará verdejante; não a inquieta a seca de um ano, pois ela continua a produzir frutos." (Jeremias 17:5-8). Pois de fato o empenho em consolidar a força material da mulher de nada serve além de lhe manter em uma realidade desértica, derivada, portanto menor, cativa da tecla reiterada de seus infortúnios. Por outro lado, preferir empenhar-se na transposição da realidade anterior a uma situação nova, na qual o homem se veja também satisfeito em suas necessidades, observando o fluxo da vida e a harmonia que decorre de criar e acolher novos acontecimentos positivos parece de fato uma sugestão mais alvissareira para produzir um passado distante, não mais válido. Para preservar a qualidade de vida e felicidade feminina de uma mulher agredida é preciso pensar uma nova vida.

O comportamento do abusador também apenas começa a ser desvendado pelos estudos recentes, e sabemos que sempre há um histórico de abusos durante a infância. Hoje contamos com raras clínicas se dedicam a tratar o comportamento doentio de pedófilos e de abusadores, pois no mundo supostamente civilizado, são os homens violentos acusados de distúrbios mentais. Ocasionalmente diante de excessos são entregues os abusadores pelas cônjuges aos psiquiatras. Contudo ali são capazes de conformar sua própria narrativa, sobretudo com vistas a manter a impunidade, e encontram respaldo em escolas de pensamento fundamentadas sobre os pilares do prazer individual, do combate à sociedade de um modo geral e de seus ritos inerentemente ineficazes, do combate à culpa e ao sofrimento decorrente de uma moral que consideram optativa. O resultado disso é uma violência que se transpõe e se transforma, mas não deixa de ser violência. Não deixa de ser menos cortante a violência de controlar psiquicamente a esposa, ao ser validada por um profissional, nem de oferecer menor risco à vida e à integridade das mulheres, uma moral autônoma do triunfo masculino. Há hoje movimentos sociais organizados para legalizar a pedofilia, em certos países, os quais não podem ser coibidos, pois não há enquadramento para a apologia institucional à violência. Há movimentos de homens que defendem seja reduzido o tempo de convívio entre mães e filhos, talvez a maior violência que possa sofrer uma mulher que assumiu a vocação da maternidade. Há ainda os homens que entregam as esposas nas mãos cuidadosas de especialistas em reprodução.

Coloque-se um obstáculo institucional, sem extirpar o impulso violento do homem, e o homem utilizará o obstáculo institucional como instrumento para dar vazão a seus impulsos violentos. Há devido registro de homens que usaram a Lei Maria da Penha para acusar as ex-mulheres, orientando as próprias mães por telefone a fim de que provocassem conflito, para ensejar com isso a acusação. E por que acusam e seguem acusando o homens mulheres com as quais não desejam mais conviver? Não seria mais racional encontrar as causas e combatê-las? Ou a realidade é essa, e não há saída que uma mulher possa esperar? Não me parece factível, pois muitas mulheres gozam de uma vida tranquila após o cese de relacionamentos e se encontram bem amparadas.

Também os movimentos religiosos tendem a combater a culpa, sem dedicar igual empenho à necessidade de reparação de danos a uma vítima de violência. Ora isso se dá sob pretexto da recusa ao materialismo, ora diante da dificuldade de restabelecer novo vínculo, sem que se torne novamente o relacionamento fonte de dor e foco de repetida violência. Nesse vácuo e inação, a violência se torna então a opção à violência. Pecam alguns movimentos religiosos, porque seguem cogitando que o corpo de um cônjuge pertença ao outro, ao encarar o ato sexual como um impulso necessariamente reprodutivo e, portanto, benigno. A relativização do consentimento feminino prejudica diretamente a autonomia da alma, o atributo divino que aufere à mulher digna substância. A abstração dos celibatários, reclusos em suas considerações, contudo, não enxerga o desprezo, abjeção e as dificuldades sexuais que se derramam sobre um corpo violado.

O estupro é a fonte de toda política republicana desde Lucrecia. Ditaduras e o risco de autocracias são derrubados desde Sexto Tarquínio assim; e pagam desse modo as mulheres as faturas do republicanismo que os homens alegam fazer, ao ter de viver com um corpo violado, ou abrir mão dele. Até quando teremos de ler escândalos nos quais às mulheres é reservado o humilhante papel reivindicativo? Afinal ao menos é a efigie de uma mulher que ocupa os selos e símbolos nas moedas e escudos, mas talvez haja a possibilidade de perscrutar outros caminhos que o de ler notícias e estar resignada.

Por outro lado, todas as mulheres racionalmente podem deduzir que, ao recorrer e denunciar a violência, poderão aguardar com maior probabilidade a escalada desse conflito, pois o abusador tentará de diversos modos anular a validade de suas declarações, seja com vistas a satisfazer seus desejos de permanecer sendo o centro das decisões sobre a vida da mulher, seja para meramente defender-se - ou na melhor das hipóteses, distanciar-se dela. Como sabemos que os homens buscam a primeira situação e apenas posteriormente as demais alternativas? Sabemos pelas evidências e senso

comum que os homens via de regra transitam em uma larga escala de masculinidade e que, quanto maior a obediência feminina, maior expressão de masculinidade pode ser ostentada. Tristemente esse também é o prelúdio dos homens que buscam anular ou subtrair a vida de uma mulher que, a seu ver, se tornou adversária, por não mais submeter decisões a eles, ou por questionar a conduta masculina.

É o caso, muito bem lembrado pela excelente escritora Thais Matarazzo no Folhetim “Descaminhos”, de sua autoria, inspirado na história de Maria da Conceição Machado: uma mineira filha de fazendeiros e internada no antigo Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais. Trata-se de um manicômio que foi comparado a um campo de concentração nazista e uma página desastrosa da história brasileiro, pois Conceição não tinha problemas mentais: seu pai a enviou para aquele inferno na terra, conta-nos a autora, apenas porque ela havia desafiado a sua autoridade. Sua missão acabou por ser a porta voz dos infelizes pacientes, e a ilustre colega escritora resolveu prestar homenagem àquela brasileira que superou a sua dor e lutou por melhores condições de vida dos utentes do Colônia.

É lógico que o mesmo ocorreu com homens sãos, apenas por desviar ligeiramente da conduta sem dar importância a justificar-se. Mas os homens exercem suas prerrogativas de autonomia, via de regra, com menor surpresa da sociedade. Ainda pouco explorada, nesses casos de violência para alcançar a submissão como “estado psicológico normal” da mulher, é a perspectiva da mãe ou amante do homem violador, que é o local onde, parece-me, necessariamente se coloca o homem, seja pai ou marido, para se alegrar um coitado ferido, e enxergar a mulher por ele escolhida como uma adversária, inimiga. No caso do pai que deseja submeter a filha, pouco explorada está também na literatura a perspectiva da mãe sobre a filha, de onde emanam silêncios durante as crises, seja por medo de ter destino semelhante, ou por concorrência. É também a situação que evoca a história de Lucia Joyce, filha do escritor de sobrenome epônimo, que se tornou uma ilha em alguma casa de saúde europeia e que raramente recebia visitas de sua mãe.

Mas a violência basicamente vem sendo noticiada como uma causa e efeito entre homem e mulher, simplificada, de falta de lucidez masculina. Afinal, como emblematicamente epigrafou Abigail Adams a seu esposo, todo homem seria um tirano, se pudesse. Mas como lidam as mulheres umas com as outras para se precaver da tirania? Enorme silêncio nos estudos feministas: sabemos apenas que clamamos ser irmãs, e não adversárias. Mas duvidamos. Talvez as mulheres se agreguem muito mais em função de um homem em comum, seja pai, sacerdote, autoridade ou amante cobiçado, do que por livre e espontânea vontade? O que nos mostram as pesquisas sobre a qualidade e a intensidade de relacionamento da vítima de agressão com outras mulheres nas quais ela poderia se ver amparada? Uma mulher agredida é concretamente bem recebida por outras mulheres, para além dos discursos e artigos de revista?

A relação entre mãe e filho também precisa passar por maiores crivos analíticos que abstraíam a dimensão moral e discorram sobre o cerne da rotina. O que leva um homem a ter obsessão e inveja de uma mulher, a ponto de acompanhar seu trajeto para criticá-la e diminuí-la, senão uma triste infância, na qual apenas obteve a atenção da mãe quando chorava e entrava em crise? Não há outra justificativa plausível para um homem achar que poderá obter a atenção de uma mulher de modo agressivo. Compreendemos cada vez melhor as circunstâncias em que os cães se enervam e mordem pessoas, mas segue a lei ignorando a necessidade de melhor conhecer a alma animal masculina, seu ambiente, pressupondo todo ser humano como um sábio iluminado e responsável, acreditando piamente nos cargos e distinções que eles apresentam como credenciais, para punir uma mulher...

O Papa Francisco, por sua vez, considera que a falta de respeito à mulher é decorrente da falta de colaboração dos pais com a escola, durante a infância. Recentemente contou sobre a reação de sua mãe ao descobrir que ele, quando criança, insultou a professora de um xingamento. A mãe foi chamada pela professora. Conversaram enquanto ele aguardava do lado de fora. Saiu a mãe da sala e mandou sua mãe que ele beijasse a sua professora e pedisse desculpas, o que fez. E ao retornar à sua

casa, sua felicidade em achar que a história havia acabado por aí foi interrompida. Levou uma surra da qual ainda se lembra.

O homem assassina a mulher e incendeia o apartamento porque ela quis se divorciar e ele precisa impedi-la, porque não pode viver sem ela; contudo de súbito se dá conta de que a matou, de que não mais pode viver com ela, profana seu cadáver e se mata. Outro, para punir a mulher assassina o filho dela, nota que é o próprio filho, e se mata. Por que então apenas não se matou antes, se esse seria o desfecho final, e esse era o raciocínio? E por que matar ou se matar, se é possível encontrar tantas maneiras de superar infortúnios e reencontrar a felicidade? Por que esses homens violentos não podem ser contrariados? E qual lugar deve ocupar um homem violento na sociedade, que não suporta ser contrariado, para que outras mulheres possam viver suas vidas em segurança?

Reza a tradição, ainda, de que todo agressor é um covarde; um covarde que condena, reprime e repele mulheres. Tem dificuldades em realizar concessões e negociar com elas à luz do dia. Julga não merecerem respeito, ou o oferece apenas circunstancialmente, condicionadamente, refugiando-se em protocolos e risos. E talvez a agressão nada tenha que ver com o ponto da escala de masculinidade em que o homem se encontra: um machão pode chamar atenção para si, mas ser dócil com mulheres em geral e com sua esposa, colocando-as frequentemente num altar, porque as deseja; não lhe falta coragem de se entregar a elas. Um ator de cinema desafiado pelos colegas a provar uma modelo disponível pode alegar que tem bife em casa e nenhum motivo para preferir hambúrgueres, comparando a esposa a um bife, e resguardar seu olhar gentil para a esposa, na qualidade de pessoa humana, em casa, onde encontra um ambiente seguro para expressar suas emoções verdadeiras. Contudo é perfeitamente possível que um homem que se alegue feminista, aventando causas e proclamando juízos, seja um feminicida tentando se ocultar sob sua bandeira, desejoso de controlar até mesmo os pleitos femininos. Felizmente a falta de coragem do agressor de se relacionar com mulheres e sua condenação é evidente: está fadado a não conhecer a satisfação sexual em um nível mais profundo. Sem conseguir expressar uma autoconfiança masculina autêntica, ele anda mancando pela sociedade sublinhando fatos, maquiando discursos de ódio e se justificando com discursos defensivos.

Achei curioso um caso recente de que tomo nota. Um de meus filhos ao perceber que estava sem roupa limpa, nestas férias, se dirigiu a mim, desesperado, provedora que sou, e me pediu roupa limpa, como se comida pedisse. Como hesitei em responder, reclamou ser uma situação absurda, não ter o que vestir, e me mandou lavar sua roupa. Como prossegui em silêncio, antes de que eu tivesse tempo de assimilar suas palavras, ele arregalou os olhos, e disse a si mesmo: “meu Deus! Que coisa machista eu acabei de dizer?!”... E ficou repetindo para si mesmo o susto de ter se ouvido. Desculpando-se e observando que eu não era uma empregada, e que tampouco deveria pedir desse modo ainda que fosse, juntou suas roupas e me perguntou humildemente como lavá-las... Depois de me permitir rir do assunto, eu o convidei a antecipar suas necessidades, observando a ele a sua idade insuficiente para lavar a própria roupa, e lhe dei a roupa limpa. Afinal, ele terá a oportunidade de ser menos machista quando tiver uma esposa... Não me pareceu conveniente que se preocupasse tanto com isso durante as férias na casa materna. Como se fosse possível separar o comportamento em caixas... Refleti melhor e demandei que, pelo momento, apenas recolhesse e guardasse as roupas, para homenagear o seu bom senso precoce de me notar como uma pessoa. Eu não disse nem fiz nada para que se estabelecesse consigo mesmo nele um diálogo. Talvez tenha sido um efeito benigno da catequese? O crédito é dele, de todo modo, e do irmão que prontamente aderiu à boa ideia. As crianças vivem uma excelente fase, porque talvez seja possível em uma idade espontânea gravar e assimilar noções de justiça, ensinar como evocar boas atitudes nos momentos de desespero e transmitir um legado de humanidade a eles.

Lamentavelmente as agressões, os estupros e os feminicídios resultantes do fracasso das mulheres e da sociedade na tarefa de educar os filhos, em um mundo que os convida com grande frequência a

abandonar o que aprendem, parecem ocorrer em um emaranhado muito grande de sentimentos, predileções, em tecidos sociais que são verdadeiros palimpsestos, nos quais as explicações ora aparecem, ora desaparecem... Há acontecimentos conscientes, outros inconscientes, nos dizem os especialistas. Mas esses lindos sinais dos filhos nos mostram que as novas gerações nos enchem de esperança concreta, de que saberão se corrigir e terão uma visão mais eficiente sobre como evitar esse flagelo.

E no presente, o que devem fazer as mulheres, qual seria minha opinião a respeito? Quais seriam as políticas mais adequadas para reduzir esse fenômeno que pode alcançar aleatoriamente a todas nós, das quais não escapam nossas filhas e irmãs? Parece-me que o primeiro passo é expandir a quantidade de opções que encontram as mulheres nessa situação grave de surtos masculinos, de ameaças tácitas e de cenários violentos possíveis. Não é preciso antes encontrar a resposta para as razões pelas quais um homem segue desejando uma mulher ao mesmo tempo que a despreza, por mais que isso seja importante para evitar o problema, para oferecer à mulher opções de distanciamento entre ela e seu agressor, de modo que possa retomar uma vida gozosa. O deslocamento de uma mulher do seu lar para uma casa de proteção pelo Estado naturalmente é a pior opção possível a ser pensada. Em primeiro lugar, pelo escândalo que uma situação de anormalidade provoca, produzindo novo dano à reputação mulher que a colocará numa posição de menor prestígio face aos demais. Uma mulher deslocada obtém emprego e renda com maior dificuldade, contrai dívidas, tem dificuldade em encontrar um novo parceiro. Muito menos onerosa seria uma política pública que alocasse esses recursos destinados a construção e manutenção de enormes estruturas para recolocar a mulher em um outro contexto social, menos contaminado pelas estruturas e pela realidade que o agressor naturalmente cria para seguir com suas práticas. Uma cidade nova e um emprego novo, em local no qual tenha família, sem dúvida são maior fonte de ânimo para uma mulher que esgotou suas forças em defender-se, do que um abrigo no qual ela seguirá convivendo forçosamente com a realidade de sofrimento da qual buscou escapar. Na ausência de familiares em outras cidades, é perfeitamente possível obter a cooperação de outras instituições que viessem a ser instruídas para tanto, como eram os conventos. Em segundo lugar, a insegurança jurídica é imensa e o Poder Executivo não pode garantir que a mulher, uma vez abrigada, poderá retornar em segurança para sua casa, porque não é o Governo o responsável por julgar e tomar providências de isolar ou prender o agressor. Incentivar uma mulher a fazer o registro de uma ocorrência me parece um risco enorme: um agressor que se julga permanentemente correto não irá olvidar do fato tão cedo, encarando a busca de proteção como um ataque da mulher à sua reputação, mulher que ele já enxerga como adversária; e se for isentado por falta de provas, por indiferença do magistrado, ou por falta de empenho do defensor e das testemunhas elencadas pela parte agredida, o que é comum nesses casos, haja vista que as pessoas facilmente cedem à tentação de se atribuir um papel mediador e contemporizar, a mulher ficará desmoralizada ao retornar para a mesma circunstância da qual buscava escapar.

Parece-me igualmente mais importante do que o roteiro de palavras observar o que efetivamente será feito, pois, de modo semelhante, poderá ter resultado análogo ao rito do casamento, em que se diz e se supõe a igualdade entre homens e mulheres, mas se faz coisa diversa. De nada adianta haver leis bem formuladas e um oficial 24 horas à disposição para colher o depoimento de uma mulher violada, se quando desacompanhada é a ela concedido um tratamento de banalizar ou diminuir a relevância do que reporta. Estudos sérios, entre eles o conduzido pelos James Q. Wilson e George Kelling, já comprovaram que um carro de janelas quebradas em zona insegura é rapidamente depredado e pichado pelos moradores, sob a indiferença dos transeuntes; e que um carro de janelas intactas em zona segura permanece intacto. A tese tem sido acolhida nos textos jurídicos sob a referência de “teoria das janelas quebradas”. A realidade onde os fatos se transcorrem é essa: uma mulher que chega a um espaço institucional com suas janelas da alma depredadas, reportando uma realidade insegura terá, com muita probabilidade, de enfrentar maior depredação ainda, a começar daquela promovida pelos seus interrogadores. Os relatos de mau atendimento nas delegacias de mulheres parecem convergir com a descoberta dessa pesquisa sobre violência em vizinhanças. Muito mais

eficaz que "empoderar" a mulher desacompanhada, parece-me, concedendo-lhe títulos e habilidades para enfrentar um preconceito ubíquo, seria garantir que a mulher estivesse bem acompanhada. Eventualmente de alguém que não tivesse vínculo prévio com o agressor, seu advogado, ou uma figura masculina que ensinasse uma reação automática de melhor resposta. As credenciais de uma mulher desacompanhada são apresentáveis apenas em um segundo momento e reveladas paulatinamente, razão pela qual não são suficientes para fazer cessar de modo algum novas tentativas de depredação. Do bom senso de Hannah Arendt se deduz que não se pode pleitear direitos sem antes ter assumido a normalidade de um estado no qual eles são acessados. Vivemos em uma sociedade em que se respeitam as mulheres acompanhadas, sobretudo dos vencedores, dos mais fortes, lamentavelmente, embora muito maior força seja necessária para resistir sozinha a eles, e às depredações decorrentes, para seguir adiante.

Numa visão pragmática, essas decisões hoje são tomadas pelas mulheres: denunciar ou não denunciar, acolher ou não acolher, estar ou não acompanhada. Não me parece que, a despeito de deter alguma experiência, possa ou deva uma mulher determinar qual a melhor decisão a ser tomada por outras: apenas me parece necessário encontrar novos caminhos no qual uma revolução cultural não se torne um discurso vazio ao qual as mulheres vão aderindo sem produzir efeitos, no qual a violência e os conflitos vão escalando, mas dali não vão extraindo nenhuma melhora concreta em seu bem-estar. E do ponto de vista metafísico, será possível modificar a natureza do homem violento, com vistas a prescindir de uma política que será formulada? É uma questão difícil compreender o comportamento humano, que dirá alterá-lo. Não se trata de progressismo, mas de bom senso.

Uma pessoa altruísta e humanista diria que toda violência contra a mulher é necessariamente inconsciente, porque nenhum homem poderia conviver consigo mesmo e prosseguir em sua conduta com mínima dignidade, se vislumbrasse a dimensão correta de seus atos violentos, fossem trazidos a um plano plenamente consciente... Ou seria, nos casos reiterados, um gesto consciente de autopunição, de tentar reduzir pouco a pouco a própria culpa, alcançando a dignidade de um verme? É nesse contexto confuso da consciência e das vontades em que a ação dos homens parece oscilar entre extremos, acusar sordidamente a vítima de seus próprios pecados e de novos, para tentar resolver situações aparentemente insuportáveis, meio a desesperos inéditos dos quais só ouvimos falar...

São verdadeiros dragões, as autojustificativas que consomem o comportamento humano em sequências de atos impensáveis e desumanos. São esses dragões longas linhas sucessivas, difíceis de se evitar, bem retratados nos mapas da alma humana que nos brindaram os melhores contos de fadas. O que fazer diante dessas entranhas? Talvez o que concluiu Jane Goodall, notória primatologista: "para criar mudanças não se deve confrontar diretamente, mas sim contar histórias". É preciso aproximar da realidade os contos infantis, contrastar o bem e o mal, extrair deles a essência da boa conduta e do bom entendimento. Sem uma cultura moral cultivada dentro do próprio indivíduo, não é possível atribuir senso à vida e valor às coisas que fazemos.

Deixo dois poemas face a esse problema da violência contra a mulher, para o qual supusemos empoderar a mulher fosse algo suficiente; como se o poder oferecesse toda resposta e qualquer solução para um mal de origem obscura.... Afinal, é preciso ter esperança e dirigir melhor a nossa esperança.

-

Ressalva: todas as opiniões neste artigo expressas são de responsabilidade da autora, não coincidindo necessariamente com as posições do órgão público cujos quadros a autora integra nem de qualquer órgão do governo brasileiro.

Por mais mulheres melhores

Ana Paula Arendt*

O mundo precisa de mais mulheres sensíveis
O mundo precisa de mais mulheres
Capazes de ter sentimentos
E de enxergar os sentimentos de outros.
O mundo precisa de mais mulheres musas e místicas,
De menos mulheres escusas que celebram pouco.
O mundo precisa de mais mulheres cozinheiras, cerzideiras
De doces, sonhos e paixões infantis.
O mundo precisa de mais mulheres artistas
Para sorrir, chorar e admirar-se das coisas,
De mais mulheres a tecer fios de aranha
Em tramas de seda e vestidos cintilantes.
Mais mulheres que organizam badernas,
De mais mulheres que compreendem o caos
E são cais.
Mulheres que enxotam homens das cavernas
Para grunhir baixinho e sozinhas.
O mundo precisa de mais mulheres
e do modo sereno das mães sem rinhas...
Mais mulheres tirando fotos dos filhos,
E brincando de esconde-esconde...
O mundo precisa de mais mulheres inteligentes
Que dedicam seu bom senso
A partilhar ganhos, produzir conhecimento
De mulheres que sempre têm muito tempo
Para encontrar palavras zelosas e perfeitas...
E de menos mulheres permanentemente insatisfeitas.
O mundo precisa de mais mulheres meninas
Que se olham e se enfeitam para o espelho
Aqueles que sondam buscando de esgueio
Alguém sobrando que precise de ser cuidado...
O mundo precisa de mais mulheres com erros,
E de menos receitas de como fazer
isto ou aquilo, assim e assado.
O mundo precisa de mais mulheres que
Saibam ficar em silêncio
E ser sol.
Mais mulheres que desaprovem
Gente mesquinha sem pé nem cabeça.
Mais mulheres cujo olhar nos entorneça.
Mais mulheres cuja força nos fortaleça.
Menos mulheres de olhares indiferentes
A todo problema que não lhes pertença
Menos braços dedicados à hesitação cruel
Diante de sofrimento humano.
O mundo precisa de mais mulheres que dançam.
O mundo precisa de menos tontura,
de menos inveja,
de menos veneno,

de menos mulheres fofoqueiras
menos mulheres acusando e
reclamando de mulheres
no exercício de suas funções,
de menos mulheres ligeiras
e de mais mulheres que pensam,
de mais mulheres que opinem em seus domínios,
que busquem e explorem novos domínios.
O mundo precisa de mais mulheres que
contem causos e contenham memórias
De menos mulheres bradando causas
para se arrogar glórias,
Diminuindo outras.
O mundo precisa de mais mulheres gentis,
de mais flores,
de mais vasos de barro belos e delicados
Que podem quebrar
E de menos pedras duras e frias
que os quebram.
Menos mulheres que se empenham em ser magras
E mais mulheres que se acham perfeitas como são,
Que se dedicam a outras coisas além de si mesmas.
Mais mulheres que riem alto,
Que lustram pacientes,
Persistentes,
As folhas viradas por dentro
E as janelas de cada segundo,
Até o mundo voltar a ter brilho.

Dias melhores sempre virão

Ana Paula Arendt*

Virão dias mais longos,
Virão dias melhores
Canções com fartos ditongos,
Solfeadas por lindos senhores
Na gaita alegre soprando caminho.
Amassarei o pão
E pisarei o vinho
Amanhecerá clarão,
A mão só fará carinho
E sussurrarei em seus ouvidos
Os segredos das mulheres
A esfregar roupinhas.

Para ti, Menino, são justas e grandes
As roupas que sujas brincando
Mas as meias vão alvejando
Sem que me demandes,
Porque são pequeninas,
as pequenas roupinhas.
Limpam sozinhas,
Porque apenas quero
Verificar o tamanho
Entre o ano passado e este.
Entre a vista apressada
E a imensa sala que me deste
Para procurar as palavras.

À noite essas bainhas,
Que encaixam perfeitas
Em tornozelos ralados,
Essas meias de pés pequeninos
Dormem e no dia seguinte
Elas estão limpas, cheirosinhas
E de meu tamanho.
Dormem e não sei onde,
Em que reino crescem...
Contem-me de manhã,
Do sonho em que estiveram ontem!

Quando não houver amores
Para se dizer sorrindo,
Lave roupinhas.

E dias melhores virão,
Mais longos, infinitos
Redondos, mais bonitos.

*Ana Paula Arendt é poeta e diplomata brasileira. Escreve mensalmente na coluna Terra à Vista.